BIBLIOTECA DO CIDADÃO

O LIVRO NA RUA®

Série Diplomacia ao alcance de todos

18

O BRASIL E A AMÉRICA DO SUL

Coleção Divulgação – **INCENTIVO À LEITURA - Distribuição gratuita**

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

THESAURUS Editora

© Thesaurus Editora – 2009

O organizador

Amado Luiz Cervo – Professor emérito da Universidade de Brasília e Pesquisador Sênior do CNPq. Atua na área de relações internacionais e política exterior do Brasil, tendo formado 22 mestres e 13 doutores. Publicou 17 livros, 33 outros capítulos e 32 artigos em periódicos especializados.

Revisão: Fundação Alexandre Gusmão - FUNAG

Imagem de capa (fonte): http://www.galizacig.com/avantar/opinion/8-7-2008/uma-pedra-no-caminho-da-america-latina

Arte, impressão e acabamento:
Thesaurus Editora de Brasília
SIG Quadra 8 Lote 2356, Brasília – DF – 70610-480 – Tel: (61) 3344-3738
Fax: (61) 3344-2353 ou End. eletrônico: editor@thesaurus.com.br

Editores: Jeronimo Moscardo e Victor Alegria

Os direitos autorais da presente obra estão liberados para sua difusão desde que sem fins comerciais e com citação da fonte. **THESAURUS EDITORA DE BRASÍLIA LTDA.**
SIG Quadra 8, lote 2356 – CEP 70610-480 - Brasília, DF. Fone: (61) 3344-3738 – Fax: (61) 3344-2353 *End. Eletrônico: editor@thesaurus.com.br *Página na Internet: www.thesaurus.com.br – Composto e impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

O BRASIL E A AMÉRICA DO SUL

Uma idéia

A idéia de América do Sul como entidade geopolítica é brasileira. Quando o Barão do Rio Branco (1902-1912) estabeleceu relações especiais com os Estados Unidos, que via como a potência global do século XX, teve o cuidado de assegurar que excluíssem a América do Sul de sua área de intervenção. A diplomacia brasileira não elimina o conceito de América Latina, que inclui México, países da América Central e do Caribe, porém insiste no legado de Rio Branco e, desde os anos 1990, volta-se à construção da unidade econômica, política e de segurança da América do Sul.

A construção da América do Sul

Nos anos 1990, quando entrava em vigor o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta) e os governos do continente negociavam a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), o Presidente brasileiro Itamar Franco propôs a criação da Área de Livre Comércio Sul-Americana (Alcsa). O sucessor de Itamar, Fernando Henrique Cardoso, persistiu na idéia de América do Sul e convocou a primeira cúpula sul-americana, que se reuniu em Brasília, no ano 2000. Na III Reunião de Presidentes surgiu a Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa, 2004), que depois seria substituída pela União das Nações Sul-Americanas (Unasul), em 2008, quando se aprovou, na reunião de Brasília, o Tratado Constitutivo.

O arcabouço institucional sul-americano ergue-se também por meio da adesão de novos sócios ao Mercosul, que por sua vez estreita

seus vínculos com a Comunidade Andina, o outro bloco sul-americano. No momento, uma rede institucional amarra toda a América do Sul com base no tripé Mercosul, Comunidade Andina, Unasul. A essa rede ainda se sobrepõem instituições preexistentes e mais extensas, como a Organização dos Estados Americanos, o Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca, a Associação Latino-Americana de Integração e outras.

A favor da unidade

As instituições criam o ambiente, mas não fazem a História.

Os países da América do Sul conceberam entre os anos 1930-50, simultaneamente, um modo de promover seus interesses econômicos, que chamamos de paradigma desenvolvimentista, em vigência até 1989. A união fazia-se por meio de idéias, estratégias

de ação e objetivos comuns. Nos anos 1990, ante a saturação interna desse modelo e por pressões externas, os países da América do Sul mergulharam em experiências neoliberais. Em ambas as fases, observamos a convergência do modelo de desenvolvimento. Em ambas as fases, exerceram influência direta o pensamento e os planos de ação sugeridos pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), um órgão da ONU, que evoluiu do estruturalismo econômico para o regionalismo aberto.

No início do século XXI, os dirigentes neoliberais são substituídos em toda parte por governos de esquerda. Estes enfrentam o desafio de superar a crise do neoliberalismo, que havia provocado a deterioração dos indicadores econômicos e sociais. Segundo a Cepal, havia, por volta do ano 2000 cerca de duzentos e quarenta milhões de empobrecidos na América Latina, perto de 40% da população.

Ao criarem um ambiente de diálogo, as esquerdas fazem a unidade política da América do Sul apenas em parte. Analistas distinguem esquerdas responsáveis, irresponsáveis, nacionalistas, estatizantes, ideológicas e globalistas. Uma dispersão de matizes. Além do ambiente favorável ao diálogo, o que une as esquerdas é o projeto social, presente em todos os países, bem como intenções de ação conjunta.

Como formulação política regional, o projeto social dos países sul-americanos constitui uma inovação agregada no século XXI ao processo de desenvolvimento. Em alguns países, a preocupação com o social já existia, como, por exemplo, no justicialismo argentino. No século XXI, contudo, o desenvolvimento não se confunde mais com o crescimento, porque comporta a inclusão dos mais pobres à sociedade do bem-estar. Essa inovação motiva cada governo a programar ações de redistribuição de renda e de oportuni-

dades. O carro-chefe do programa brasileiro, por exemplo, é o *bolsa família*.

No terreno das intenções, desde 2000, o arcabouço institucional da América do Sul é acionado em favor da integração. A convicção existe de que o desenvolvimento com igualdade social depende da integração, a começar pela da infra-estrutura econômica. Um plano de ações destinadas à implantação da infra-estrutura regional foi concebido em 2000 (IIRSA) durante a I Reunião de Presidentes e alguns projetos tornaram-se realidade. Além dos transportes, das vias de escoamento da produção, do aparelhamento das fronteiras, da criação do ordenamento jurídico para a expansão regional dos empreendimentos e de mecanismos de financiamento, terrenos em que se concretizam alguns projetos, a integração energética tornou-se emblemática nesse esforço.

A favor da dispersão

Os projetos sociais a que nos referimos anteriormente revelam clara intenção dos governos de resolver os problemas internos e de promover a inclusão social, tirando forças de dentro da respectiva nação. A Argentina, por meio da transferência de renda do setor agrícola para o urbano; a Venezuela por meio de redistribuição de renda e estatização de empresas que os recursos do petróleo permite; a Bolívia, redistribuindo o imposto sobre os hidrocarbonetos; o Paraguai, buscando obter uma maior receita de Itaipu; o Brasil, tomando recursos de seu orçamento. Os projetos sociais são pensados, em primeiro lugar, em termos nacionais.

Nacionalismos e ideologias também se sobrepõem à união política das esquerdas sul-americanas. Uma tradição histórica reforça os nacionalismos e o zelo pela prevalência da soberania nas relações de cada país com

a vizinhança. A essa tradição soma-se recentemente o peso de ideologias fortes, como o socialismo bolivariano e a estatização econômica, observados na Venezuela e na Bolívia e admirados alhures. Esses fatores, em razão de divergências mentais que suscitam, tampouco contribuem para o processo de integração.

A considerar os modelos de inserção internacional dos países da América do Sul, a mesma dispersão se observa. Dois países seguem o modelo globalista: Chile e Brasil. O globalismo de ambos, contudo, apresenta diferença de essência. O modelo chileno corresponde ao modelo liberal e primário-exportador, feito à base de tratados de livre comércio, por meio dos quais as potências mais avançadas mantêm a interdependência assimétrica entre países de desenvolvimento avançado e atrasado. O modelo brasileiro corresponde ao modelo industrial, que apóia logisticamente pujante agronegócio, porém estimula a internacionalização das

empresas e outros mecanismos que garantam a interdependência estrutural em idêntico patamar. A Argentina pende para o modelo brasileiro, enquanto Colômbia e Peru seguem o Chile. Outros países, como Venezuela e Bolívia, movimentam-se por opções geopolíticas de inserção internacional. Em suma, percebe-se que os modelos de inserção agem como força de dispersão.

Os fatores de dispersão concorrem para aumentar a desconfiança e agravar o cálculo de risco dos empreendedores, seja dos governos, seja da iniciativa privada.

A presença brasileira na América do Sul

O projeto brasileiro para a América do Sul é desenvolvimentista, político e geopolítico. Tem por escopo o fortalecimento econômico, o entendimento político e a autonomia de segurança da região.

Nas últimas duas décadas, utilizando canais diplomáticos e a rede institucional da integração, a diplomacia brasileira exerce papel ativo, perceptível nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Evita exibição de poder, que despertaria reações nacionalistas, e age com baixo perfil. Zela pela manutenção da amizade da vizinhança e não se exime de tomar iniciativas, especialmente quando alguma crise de segurança requer. São exemplos dessa atitude as ações de mediação durantes conflitos internos ou bilaterais junto ao Peru, Equador, Colômbia e Venezuela.

O comércio brasileiro com a região caracteriza-se pela melhor composição de qualidade entre todos os destinos de produtos brasileiros. As exportações de manufaturados perfazem 50% para todo o mundo, 80% para a região.

Em razão das facilidades criadas pelo processo de integração, pelo entendimento

político regional, pela proximidade física e pela convergência cultural, a América do Sul provocou o primeiro impulso de internacionalização da economia brasileira, mecanismo indutor da interdependência real na era da globalização. A região transformou-se em plataforma de expansão dos negócios brasileiros. Capitais e empreendimentos elegeram a Argentina, em primeiro lugar, outros países em seguida, como destino privilegiado dos investimentos diretos no exterior.

O potencial de progresso criado pelos investimentos fortalece a posição do Brasil na região. As forças de união e as forças de dispersão acima identificadas explicam a diferença dos movimentos. O projeto brasileiro de modernização da América do Sul avança com maior ou menor velocidade, de acordo com condições oferecidas pelos vizinhos.

É forte, por um lado, o papel do Brasil na América do Sul. Ainda é fraco, por outro. Não faz parte da tradição política partidária

brasileira arcar com custos elevados de responsabilidades internacionais elevadas. No campo da segurança, jamais se movimenta a força militar para intervenção dissuasiva ou preventiva. No campo financeiro, apenas recentemente o país tem feito os esforços necessários para o tratamento das assimetrias. As fragilidades nas ações de segurança e os cuidados no setor financeiro e empresarial tiram explicação das dificuldades próprias de uma vizinhança que exibe unidade e dispersão ao mesmo tempo.

As relações com a vizinhança condicionam o destino de qualquer nação. A inteligência política brasileira assimilou bem essa lição, desde Getúlio Vargas. Na era da globalização, contudo, sem descurar da aproximação política e da integração com a vizinhança, o Brasil assume cada vez com maior intensidade o seu lugar no mundo.

Para saber mais

ARAÚJO, Heloisa Vilhena de (org.). *Os países da Comunidade Andina*. Brasília: Funag, 2004, 2 v.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos* – Conflito e integração na América do Sul. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CERVO, Amado Luiz. *Relações internacionais da América Latina*: velhos e novos paradigmas. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

COUTO, Leandro Freitas. *O horizonte regional do Brasil e a construção da América do Sul*. Curitiba: Juruá (no prelo).

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

A Fundação Alexandre de Gusmão realiza atividades culturais e pedagógicas, além de estudos e pesquisas no campo das relações internacionais e da política externa brasileira, promovendo e divulgando reflexões sobre o cenário internacional e o Brasil no mundo.

www.funag.gov.br